

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC LEONARDO FIGUEIRA DA SILVA

MAR DO SUL DA CHINA:

A disputa estratégica entre o Anti-Access/Area Denial (A2/AD) da República Popular da China e o Contra-A2/AD dos Estados Unidos da América

Rio de Janeiro

2022

CC LEONARDO FIGUEIRA DA SILVA

MAR DO SUL DA CHINA:

A disputa estratégica entre o Anti-Access/Area Denial (A2/AD) da República Popular da China e o Contra-A2/AD dos Estados Unidos da América

Dissertação apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para conclusão do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores.

Orientador: CMG (RM1) Otacilio Bandeira Peçanha

Rio de Janeiro
Escola de Guerra Naval

2022

RESUMO

O objetivo da pesquisa é apresentar e explicar as posturas estratégicas da República Popular da China e dos Estados Unidos da América no Mar do Sul da China, através de estudo sintético de suas estratégias *Anti-Access/Area Denial* e *Counter Anti-Access/Area Denial*, respectivamente, na moldura temporal do ano 2012 até os dias atuais. Para tal, destacou-se o contexto estratégico no qual o Mar do Sul da China está inserido, identificando características geográficas, geopolíticas e econômicas que o tornam centro de disputa entre Estados. Utilizou-se como apoio a teoria de Corbett (1911) para enfatizar a importância do gerenciamento das Linhas de Comunicação Marítimas para o controle do mar. Exibiu-se o histórico do conceito de *Anti-Access/Area Denial* para a compreensão da conjuntura estratégica atual da disputa na região estudada. Apontou-se o contexto de securitização para embasar o comportamento dos Estados estudados que conciliam as diversas vertentes de seus poderes nacionais para garantia de seus interesses na região do estudo. Ao final, descreveu-se como a República Popular da China e os Estados Unidos da América percebem-se como ameaça mútua e contrapõem o A2/AD e Counter-A2/AD (através do *Air-Sea Battle*), respectivamente, na região do Mar do Sul da China.

Palavras-chave: *Anti-Access/Area Denial (A2/AD)*. *Counter Anti-Access/Area Denial*. *Air-Sea Battle*. Linhas de Comunicação Marítimas. Mar do Sul da China. Securitização.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

A2 — Anti-Access

A2/AD — Anti-Access/Area Denial

AD — Area Denial

ASB — Air-Sea Battle

BRI — Belt and Road Initiative

CNOOC — China National Offshore Oil Corporation

DoD — Department of Defense

EIA — Energy Information Administration

EUA — Estados Unidos da América

Ex-URSS — Ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

IIGM — Segunda Guerra Mundial

JAM-GC — Joint Concept for Access and Maneuver in the Global Commons

JOAC — Joint Operational Access Concept

LCM — Linhas de Comunicação Marítimas

MSC — Mar do Sul da China

NBQR — Nuclear, Biológica, Química e Radiológica

NIA-E3 — Networked Integrated Attack-in-Depth

ONU — Organização das Nações Unidas

PLA — People's Liberation Army

PLAAF — People's Liberation Army Air Force

PLAN — People's Liberation Army Navy

PPC — Partido Comunista da China

QDRR — Quadrennial Defense Review Report

RPC — República Popular da China

USPACOM — United States Pacific Command

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	6
2	VISÃO TEÓRICA	10
2.1	O valor das Linhas de Comunicação Marítimas, segundo Corbett.....	10
2.2	Considerações parciais sobre o valor das Linhas de Comunicações Marítimas	13
3	A2/AD – ANTIACESSO E NEGAÇÃO DE ÁREA COMO TEORIA ESTRATÉGICA.....	14
3.1	Considerações parciais sobre A2/AD	17
4	SECURITIZAÇÃO: O QUÉ IMPORTANTE PROTEGER?	19
4.1	A Securitização, segundo Buzan, Wæver e Wilde.....	19
4.2	Considerações sobre Securitização	21
5	ESTRATÉGIA NAVAL DA RPC NO MAR DO SUL DA CHINA	22
5.1	BRI – Belt and Road Initiative	23
5.2	O A2/AD no Mar do Sul da China	27
5.3	Considerações o A2/AD chinês no Mar do Sul da China	32
6	ESTRATÉGIA NAVAL DOS EUA NO MAR DO SUL DA CHINA	33
6.1	A projeção e proteção dos interesses dos EUA – Securitização estadunidense	33
6.2	A estratégia estadunidense no Mar no Sul da China – Contra-A2/AD	38
6.2.1	Perfil das Forças do Air-Sea Battle estadunidense – Contra-A2/AD	42
6.3	Considerações sobre o Contra-A2/AD – Air-Sea Battle (ASB)	43
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	45
	REFERÊNCIAS.....	48

1 INTRODUÇÃO

O Mar do Sul da China (MSC), considerado um dos maiores mares do mundo, banha as seguintes regiões: porção sul da República Popular da China (RPC), Taiwan, Malásia, Brunei Darussalam, República da Indonésia, República de Singapura, República Socialista do Vietnã, República das Filipinas, Reino do Camboja e Reino da Tailândia, cobrindo uma área aproximada de 3,5 milhões de km². Um expressivo número de ilhas é encontrado nessa área, sendo a maioria desabitada como Paracel e Spratly, onde se localiza um enorme número de ilhas, das quais destacamos Ilhas Paracel e Spratly que, apesar de serem desabitadas, apresentam uma relevante importância estratégica, fato que leva diversos Estados da região, como a RPC, Vietnã, Filipinas, Malásia, Brunei e Taiwan, a reivindicarem soberania sobre essas ilhas, suscitando uma instabilidade constante na região¹.

O MSC conecta-se ao Oceano Índico através dos estreitos de Lombok e Malacca, e ao Oceano Pacífico pelo estreito de Taiwan, ostentando uma extensão aproximada de 200 km no seu sentido norte-sul e 100 km no seu sentido leste-oeste. Reveste-se de uma localização privilegiada, pois apresenta um elevado potencial de extração de hidrocarbonetos, haja vista os dados divulgados em 2012 pela Companhia Nacional Chinesa de Petróleo Offshore (Chinese National Offshore Oil Company - CNOOC), estimando a existência de 125 bilhões de barris de petróleo e 500 trilhões pés cúbicos de gás natural em recursos ainda não descobertos no MSC (HUANG; BILLO, 2015, p. 23). Ainda nesse diapasão, em 2019, a Energy Information Administration (EIA), agência dos Estados Unidos da América (EUA) a qual atua de forma independente na análise e disseminação de informações sobre fontes energéticas, divulgou

¹ PADULA, 2020, p. 8.

um relatório estimando a existência de aproximadamente 11 bilhões de barris de petróleo e 190 trilhões de pés cúbicos de gás natural em reservas provadas e prováveis no MSC (EIA, 2019)². Além das riquezas minerais disponíveis em seu subsolo, conforme afirmam Huang e Billo (2015), o MSC é dotado de um elevado potencial em pesca, tornando-se uma fonte imprescindível de pescado na região e hospedando uma indústria pesqueira multimilionária, que representa aproximadamente um décimo das capturas de pescado do mundo e cerca de 23% de todo continente asiático. A incessante busca dos Estados pelo controle dessa abundância de recursos naturais e energéticos é um dos fatores preponderantes para a manutenção da competição por soberania sobre as águas do MSC.

Na vertente geopolítica, podemos mencionar a grande importância da região em consonância com Huang e Billo (2015), pois o MSC conecta os territórios litorâneos do Sul e Sudeste Asiático, sendo o portal de entrada e saída do mundo para os Estados sul-asiáticos, além de representar uma barreira natural importante para a segurança de vários Estados litorâneos de seu entorno. Ainda segundo Huang e Billo (2015), devido a potencialidade de suas riquezas minerais e naturais, bem como sua privilegiada localização geográfica, a região do MSC tornou-se uma das rotas marítimas de maior tráfego do globo, transitando por sua área mais da metade da frota perolífera e comercial mundial, sendo o caminho mais curto a partir do Oriente Médio e África para o escoamento de insumos energéticos rumo à Ásia, além de ser um ponto de acesso estratégico ao Sudeste Asiático (exportação de manufaturados).

A relevância geopolítica, econômica e estratégica apresentadas tornam o MSC um dos mares mais importantes do mundo, atraindo a atenção dos Estados do seu entorno e de grandes potências mundiais, corroborando com a afirmação de Huang e Billo (2015, p. 7):

² Dados disponíveis em: <https://www.eia.gov/international/analysis/regions-of-interest/South_China_Sea>. Acessado em: 23 de mai de 2022.

“Quem controla o Mar do Sul da China controla o Pacífico Ocidental”³ (Tradução nossa). Tal grau de importância percebido na região do MSC contribui para nossa compreensão do comportamento político-estratégico de diversos Estados, não só daqueles que o cercam, mas também de outras potências mundiais. Nesse contexto, a forte presença marítima e naval da RPC e dos EUA no MSC saltam aos olhos em termos relações internacionais entre esses Estados, pois são atores importantes nas disputas as quais ocorrem no supracitado mar. Devido à relevância dos aspectos apresentados, realizaremos um estudo sintético sobre a atuação chinesa e estadunidense no MSC, com foco em estratégia naval, a fim de responder à nossa questão de pesquisa: como a RPC e os EUA contrapõem estratégias de Antiacesso e Negação de Área (A2/AD)⁴ e contra A2/AD no MSC?

Para respondermos a essa questão, nosso trabalho terá como objeto central as disputas marítimas entre a RPC e os EUA na região do MSC nos últimos dez anos, centrado na estratégia naval de A2/AD da RPC e a estratégia naval de contra A2/AD dos EUA, identificando-as e explicando-as, respaldado em consultas documentais e bibliográficas. O espaço temporal dos últimos dez anos foi definido por marcar mudanças de posturas estratégicas dos dois Estados em relação à região.

A fim de discorrermos da melhor forma possível sobre nosso objeto, além da importância da região de estudo apresentada nesta introdução, estruturamos o trabalho em mais seis capítulos.

No segundo capítulo, abordaremos Sir. Julian Stafford Corbett (1854-1922) como teórico do pensamento estratégico marítimo e os aspectos de sua teoria que influenciam os comportamentos estratégicos dos EUA e da RPC na região do MSC, com foco nas

³ Texto original em inglês: “Whoever controls the South China Sea controls the western Pacific”.

⁴ Texto original em inglês: A2/AD – Anti-Access/Area Denial.

comunicações marítimas.

O terceiro capítulo traz uma breve explanação sobre a origem da estratégia de A2/AD e como ela é aplicada, ajudando-nos a entender as posturas estratégicas da RPC e dos EUA na região do MSC, as quais serão aprofundadas nos capítulos cinco e seis, respectivamente. Em seguida, no quarto capítulo, apresentaremos o conceito de securitização, a fim de facilitar a compreensão dos interesses e aspirações dos EUA e da RPC na região estudada.

O centro do objeto deste trabalho está nos capítulos que seguem. No capítulo cinco, ampliaremos nossa análise dos interesses, posturas políticas e estratégicas da RPC, abordando de uma forma branda sua evolução militar e a empregabilidade de sua estratégia A2/AD na região do MSC na última década. O capítulo seis explorará os motivos da presença dos EUA na região estudada e seu comportamento estratégico em oposição ao A2/AD da RPC (contra A2/AD).

Por fim, no sétimo e último capítulo, teceremos considerações finais sobre o estudo e apresentaremos uma conclusão acerca das questões apresentadas, em conformidade com a análise das informações obtidas.

2 VISÃO TEÓRICA

Na introdução do nosso estudo foram apresentados dados e informações os quais demonstraram a relevância geopolítica, econômica e estratégica do MSC, trazendo para o nosso estudo a importância das Linhas de Comunicação Marítimas (LCM) naquela área, que estão inseridas na perspectiva teórica de Sir. Julian Stafford Corbett (1854-1922) com sua abordagem sobre o “controle das LCM”, corroborando para realizarmos uma análise prévia da conjuntura estratégica na região do MSC, com foco principal no comportamento estratégico dos EUA e a RPC na região estudada.

2.1 O valor das Linhas de Comunicação Marítimas, segundo Corbett

Sir. Julian S. Corbett (1854-1922), inglês e advogado de formação, era apoiador dos movimentos para o desenvolvimento dos estudos navais e, ainda no século XIX, começou a estudar e escrever sobre a história da Marinha Real Britânica, passando a ser palestrante no Royal Naval War College a partir de 1902, devido à relevância de suas obras publicadas.

Corbett, em seus estudos, leu diversos autores sobre estratégia inclusive Jomini⁵ porém, suas obras foram muito influenciadas por Clausewitz⁶. As experiências britânicas foram a base dos estudos e observações de Corbett, que voltou seus olhos sobre o ambiente marítimo como parte de uma teoria estratégica global, considerando as Linhas de Comunicação Marítimas (LCM) do oponente como objetivo fundamental das operações

⁵ Antoine Henri Jomini (1779-1869), suíço, era um grande estudioso de história e estratégia militar e, dentre diversas obras, publicou o *Traité de grande tactique* em 1805 e o *Précis de l'art de la guerre* (1837-1838), o mais conhecido.

⁶ Carl Von Clausewitz (1780-1831), general prussiano, provavelmente estrategista mais conhecido. Durante sua carreira de oficial, iniciada aos 12 anos de idade, tomou parte nas guerras contra a Revolução (Francesa) e, posteriormente, contra Napoleão. A partir de 1806 contribuiu para os esforços de recuperação do exército prussiano. Após as guerras napoleônicas dirigiu a *Kriegakademie* até 1830. Sua principal obra *Vom Krieg* (Da guerra) foi publicada por sua viúva.

navais, e não a esquadra inimiga. Em 1911, Corbett publicou sua obra mais conhecida: *Princípios da Estratégia Marítima (Some Principles of Maritime Strategy, publicação original)*, na qual definiu o papel preponderante do mar como gênese que norteia as guerras, integrando uma “estratégia marítima”. Para Corbett (1911), sob a ótica apresentada, a estratégia naval é a vertente militar da estratégia marítima, que abrange também a dimensão comercial, dimensão diplomática etc., concluindo que o resultado de um conflito não pode ser estipulado exclusivamente pela guerra no mar, mas também por outras vertentes e vieses da guerra, por isso insistiu na dependência recíproca entre a estratégia terrestre e a estratégia marítima.

De forma antagônica ao ambiente terrestre, é notório que o mar não é perfeitamente habitável, não existindo maneira de exercer propriedade sobre território marítimo, tornando as LCM grandes focos de disputa nos oceanos de todo o mundo e, portanto, comuns aos interesses de qualquer Estado, seja na paz ou na guerra. Nesse ínterim, para Corbett (1911), as LCM têm papel preponderante na guerra marítima e não o domínio de territórios como na guerra terrestre, devendo um Estado beligerante defender suas próprias LCM, além de atacar as do adversário.

Podemos destacar, ainda, que o comando do mar abrange a aptidão própria para operar livremente e negar seu uso ao inimigo. Entretanto, podemos afirmar que é imensamente difícil obter e manter o comando do mar, haja vista a imensidão dos oceanos; conta-se apenas com a possibilidade de se obter ou romper a supremacia em pontos focais se a força for concentrada localmente e de forma suficiente (CORBETT, 1911). O autor realça o fato da supremacia total (ou comando do mar) constituir um objetivo ideal, porém essa supremacia é custosa e de difícil manutenção nos quesitos área e tempo:

Nenhum grau de superioridade pode garantir a segurança das linhas de comunicação de um lado contra ataques esporádicos de cruzadores isolados ou mesmo de incursões de esquadras, se estas forem audaciosas e preparadas para enfrentar sua destruição⁷ (CORBETT, 1911, p. 102, tradução nossa).

Em síntese, Corbett (1911) revolucionou o pensamento estratégico para o ambiente marítimo, uma vez que afastou-se da “imprescindibilidade” dos grandes combates navais, trazendo ao centro do palco o controle das LCM como ponto vital das estratégias marítimas para manter, até o limite do possível, o controle do mar. Corbett (1911), apesar de reconhecer a importância do conceito de batalha decisiva⁸ de Mahan (1890), enfatiza a possibilidade de controlar o mar através de manobras, apresentando várias razões para que a batalha decisiva seja evitada, como por exemplo o elevado risco de derrota perante as indefinições táticas do combate direto e consequente exposição desnecessária da frota, tendo em vista o objetivo principal da estratégia marítima estar atrelado à conservação das LCM e não ao aniquilamento da esquadra inimiga. Conforme exposto, Corbett (1911) lança mão de dogmas como o *fleet in being*⁹ como alternativa ao enfrentamento direto para a manutenção dessa superioridade no controle das LCM. Esse conjunto de posturas, para Corbett (1911), faz parte de uma estratégia marítima, componente de uma “grande estratégia” que atende os objetivos, propósitos e restrições políticas específicas de um Estado.

⁷ Texto original em inglês: “No degree of naval superiority can ensure our communications against sporadic attack from detached cruisers, or even raiding squadrons if they be boldly led and are prepared to risk destruction.”

⁸ Segundo o Almirante António Manuel Fernandes da Silva Ribeiro, Mahan aconselhava: “a manutenção da esquadra concentrada, isto é, com os couraçados integrados numa única força empenhada na busca da esquadra inimiga, que deveria ser destruída numa batalha decisiva”. (MAHAN, 1890).

⁹ O *fleet in being*, conhecido no Brasil como “esquadra em potência”, reflete o poder originário de uma força naval através da sua própria existência, evitando o combate direto, exercendo sua força através de manobras, sendo sua mera presença uma ameaça ao inimigo. Corbett assim definiu: “For a maritime Power, then, a naval defensive means nothing but keeping the fleet actively in being—not merely in existence, but in active and vigorous life.”

2.2 Considerações parciais sobre o valor das Linhas de Comunicações Marítimas

A introdução do nosso trabalho apresentou a relevância econômica, geopolítica e estratégica do MSC. Isso não é diferente para os demais espaços marítimos do globo terrestre (oceanos, mares e demais vias navegáveis) que cada vez mais crescem em importância no cenário mundial, uma vez que o avanço da tecnologia tem contribuído bastante para o incremento no comércio marítimo mundial, exploração de recursos naturais vivos e fósseis, bem como para pesquisas relacionadas a diversos campos de interesse dos Estados. Percebemos que Sir. Julian S. Corbett (1854-1922) e suas observações sobre a importância das LCM não são somente atuais, mas também imprescindíveis para o desenvolvimento de estratégias políticas com a dimensão marítima em evidência, pois são essenciais para projeção de um Estado no âmbito das relações internacionais.

Nos próximos dois capítulos, apresentaremos o conceito de A2/AD, a estratégia utilizada pela RPC para defesa dos seus interesses nas LCM e recursos do MSC, e também o conceito de securitização, o qual nos ajudará a entender por que os EUA e a RPC empregam o braço armado de seus poderes nacionais na proteção de seus interesses na região em disputa.

3 A2/AD – ANTIACESSO E NEGAÇÃO DE ÁREA COMO TEORIA ESTRATÉGICA

Sam J. Tangredi (2013, p. 9) define o A2/AD da seguinte forma: “Anti-access and area denial are modern terms referring to war-fighting strategies focused on preventing an opponent from operating military forces near, into, or within a contested region.”¹⁰. Portanto, notamos que o antiacesso (A2) e a negação de área (AD) constituem um conceito antigo de estratégia quem vem sendo largamente utilizada na história das batalhas militares, compondo uma grande estratégia. A história nos mostra que o A2/AD, antes mesmo de ter uma definição concreta, era empregado nas guerras da antiguidade e foram moldando-se às evoluções tecnológicas até os dias atuais.

Em sua obra, Tangredi (2013) apresenta registros históricos do primeiro grande emprego do A2/AD pelos idos de 480 A.C., durante as batalhas entre os povos gregos e o império persa. Nesse contexto, a Grécia conseguiu evitar a invasão persa, uma vez que Xerxes, o rei persa, não conseguiu estabelecer sua vitória nas Termópilas devido a subsequentes perdas no mar na Batalha de Salamina, no estreito que separa Salamina da Ática. Nessa batalha, Temístocles, almirante grego, posicionou sua frota de composta por 200 navios na baía de Salamina, combatendo a esquadra persa que, por causa de seu grande número de meios e exíguo espaço do estreito, apresentava dificuldades para manobrar, sendo completamente derrotada pelos gregos. Tal derrota negou ao exército persa em terra o apoio logístico oriundo do seu poder marítimo, necessário para manter o suprimento de sua extensa força terrestre. Assim, Xerxes adiou e mais tarde cancelou sua invasão antecipada o Peloponeso.

¹⁰ “Antiacesso e negação de área são termos modernos que se referem a estratégias de combate à guerra focadas em prevenir um oponente de operar forças militares perto ou no interior de uma região contestada.” (Tradução nossa).

Ainda segundo Tangredi (2013), logo no início, Temístocles percebeu que o poder marítimo poderia ser empregado com grande efeito para derrotar as forças em terra. Apesar do fato de as forças navais gregas serem consideravelmente menores que as de seu inimigo, ele habilmente utilizou geografia, melhor treinamento e melhor inteligência para derrotar a frota persa. Tangredi (2013) observou esse comportamento estratégico de Temístocles e foi mais longe, destacando cinco considerações fundamentais para determinação de uma estratégia A2/AD (TANGREDI, 2013, p. 13): 1) Uma percepção de superioridade estratégica pela força de ataque; 2) A primazia da geografia como elemento que mais influencia o tempo e o desgaste do inimigo; 3) A predominância do domínio marítimo como espaço de conflito; 4) A criticidade da informação, inteligência e engano e 5) O impacto dos eventos fora da área de conflito.

Tangredi (2013) destaca, em primeiro ponto, a importância da percepção de superioridade estratégica decorre das ações que ela gera (ou dissuade), ao passo que a percepção de fraqueza muitas vezes compele a canalização de esforço em medidas de A2, em vez de tentar reflexivamente contrariar o lado mais forte.

Sobre os fatores geográficos, Tangredi (2013) afirma que eles podem ser considerados como os elementos que mais influenciam o tempo e facilitam o atrito, pois são os elementos mais permanentes que podem ser utilizados para negar operações irrestritas dentro de uma região contestada. As tecnologias da guerra e as orientações políticas do mundo podem mudar, mas a geografia possui um caráter muito mais perene. Notadamente as áreas terrestres possuem barreiras naturais que favorecem a implementação do A2, como cordilheiras por exemplo. Porém, o mar, quando utilizado de maneira eficaz, apresenta-se como uma significativa barreira antiacesso, como ocorreu na guerra entre os gregos do continente e o Império Persa. Todavia, na atual era do ar e do espaço, nenhuma barreira é

absolutamente intransponível, já que os movimentos aerotransportados proporcionam essa transposição. Ainda assim, a capacidade de transporte e projeção a partir do mar é muito maior do que pelo ar, reafirmando a importância dos fatores geográficos para oposição a essa capacidade.

Em uma terceira observação, Tangredi (2013) ressalta que mais de 70% do planeta é oceano, tornando-se um fator elementar da geografia em que ocorre o trânsito de forças militares de Estados em disputa, quase que inevitavelmente. A vastidão dos mares torna-os semelhantes às planícies, que favorecem as manobras de grandes exércitos e aviação. Nesse sentido, a operação nessa imensidão requer o emprego de plataformas especializadas, como navios aeródromos, de transporte e submersíveis. Observamos, então, a predominância do domínio marítimo como espaço de conflito. Tangredi (2013) conclui que a elaboração de uma estratégia A2 ou o combate a ela, exige-se que o “domínio” marítimo inclua o espaço aéreo acima dos oceanos e litorais, assim como as próprias águas. Para tal, uma marinha moderna deve ser composta por plataformas operando sob o mar, na superfície, no espaço aéreo sobrejacente, em regiões litorâneas, no espaço e no ciberespaço.

O quarto elemento fundamental apontado por Tangredi (2013) enfatiza que uma estratégia de antiacesso na era atual, em que a informação e alta tecnologia são preponderantes em qualquer disputa, carece do desenvolvimento de uma colaboração doutrinária e de recursos de forma conjunta, para manter forças estrategicamente superiores fora do seu entorno, negando informações e enganando as forças inimigas.

Por fim, Tangredi (2013) aborda o poder determinante de eventos não relacionados em regiões fora da área de conflito e seu impacto no sucesso ou fracasso da estratégia A2, citando como exemplo o caso dos persas e dos gregos, quando o controle das LCM por estes últimos, juntamente com a instabilidade percebida dentro do próprio Império

Persa, obrigou Xerxes a cancelar sua invasão planejada. Sem o controle do mar, Xerxes percebeu que o ataque se daria sob custos e riscos inaceitáveis, contrapondo-se a prioridades mais altas dentro de seu império.

Após essas análises, Tangredi (2013) apresenta a definição de A2/AD constante no “Conceito de Acesso Operacional Conjunto” de 2010 (JOAC — Joint Operational Access Concept) do Departamento de Defesa dos EUA (DoD – Department of Defense), como sendo a união do A2 (ações e capacidades, geralmente de longo alcance, projetadas para impedir que uma força oponente entre em uma área operacional específica) com o AD (ações e capacidades, geralmente de menor alcance, projetadas para limitar a liberdade de ação do inimigo dentro de uma área operacional específica).

Sobre o contra-A2/AD, Tangredi (2013) afirma que o JOAC é construído em torno do termo acesso operacional, definido como “a capacidade de projetar força militar em uma área operacional com liberdade de ação suficiente para cumprir a missão”¹¹ (TANGREDI, 2013, p. 43). Assim, o acesso operacional é concebido como a contribuição militar para possibilitar o ingresso em um ambiente antiacesso e manter um grau de liberdade de ação que contribua para o cumprimento da missão.

3.1 Considerações parciais sobre A2/AD

Apesar do A2/AD ser empregado desde a antiguidade, podendo até ser simples como uso de cercas de arames farpados em imóveis, dispositivos pontiagudos ou barreiras no chão para evitar tráfego de veículos, como uma forma tática do seu emprego. A evolução tecnológica veio para aperfeiçoar o A2/AD, tornando-se uma estratégia capaz de conectar

¹¹ Texto original em inglês: “the ability to project military force into an operational area with sufficient freedom of action to accomplish the mission.”.

objetivos, formas e meios (ends, ways and means)¹², normalmente atrelada a uma postura defensiva e/ou dissuasória, tendo sido aplicada amplamente por Estados que almejam garantir sua soberania em suas águas jurisdicionais (ex.: Rússia, Irã e RPC).

¹² O estrategista estadunidense, Coronel Arthur Lykke's, publicou em 1989 seu conceito de estratégia como sendo uma soma entre: objetivos (ends — objetivos pelos quais se luta), formas (ways — linhas de ação) e meios (means — instrumentos pelos quais algum fim pode ser alcançado).

4 SECURITIZAÇÃO: O QUÉ IMPORTANTE PROTEGER?

Considerando que já apresentamos a importância do MSC para os EUA e a RPC, a possibilidade do emprego de estratégias de A2/AD e contra A2/AD na região, passaremos a abordar o conceito de **securitização**, que vai amparar nosso entendimento da necessidade de proteção dos interesses estadunidenses e chineses na região estudada.

4.1 A Securitização, segundo Buzan, Wæver e Wilde

Ao estudarmos a evolução histórica da sociedade podemos constatar que a origem da segurança de um povo, um império ou, atualmente, um Estado está intimamente ligada à capacidade militar para sua proteção contra a invasão de um oponente. Contudo, após a Segunda Guerra Mundial (IIGM, 1939-1945), os fenômenos da globalização e autolegitimação dos povos trouxeram para debate outros assuntos relevantes para a segurança de um Estado que precisam de atenção.

Sobre esse assunto, Buzan, Wæver e Wilde (1998) nos trazem que nos vinte anos finais da Guerra Fria (1947-1991) a pauta da segurança nacional recebeu uma nova discussão, contrapondo a interpretação “estreita” da segurança, focada estritamente no campo militar, à uma visão “ampla”, que traz à importância novas questões como as econômicas, ambientais, sociais, de crimes transnacionais etc., as quais passaram a permear as relações internacionais entre os Estados. Esse debate entre o que é tradicional e o que é novo no campo da segurança nos aponta um novo entendimento da segurança internacional de um Estado, e assim Buzan, Wæver e Wilde (1998) nos explicam como ocorre a “securitização”:

“**Securitized**” é o movimento que leva a política além das regras estabelecidas do jogo e enquadra uma questão como um tipo especial de política ou como acima da política. A **securitização** pode, assim, ser vista como uma versão mais extrema da

politização¹³. (Buzan, Wæver e Wilde, 1998, p. 23, tradução nossa).

Nesse contexto, Buzan, Wæver e Wilde (1998) esmiúçam a securitização como sendo a ação de adotar medidas de emergência e fora dos limites normais do procedimento político para combate/solução de um problema pré-existente ou uma ameaça em potencial. A princípio, o apontamento de questões para o centro dessa discussão é variável, dependendo das circunstâncias. Na prática, o estabelecimento das prioridades varia substancialmente de Estado para Estado, inclusive ao longo do tempo e governos. Consoante Buzan, Wæver e Wilde (1998) mencionam, alguns Estados politizarão e protegerão a religião (Irã, Arábia Saudita, Birmânia) e alguns não (França, Estados Unidos da América); outros vão securitizar a cultura (Rússia, Irã) e alguns não (Reino Unido, Holanda).

Nesse sentido, os setores de segurança podem ser vistos como aspectos particulares de relacionamento entre os componentes do sistema internacional que interagem entre si; no entanto, possuem características específicas (podendo aparecer em diversos setores) e graus de ameaça distintos, requerendo um tipo de segurança específico.

A discussão sobre securitização ainda recebe mais subdivisões, além dos setores já mencionados, pois os Estados, no contexto das relações internacionais, não atuam somente de forma individual, mas também podem tender para ações de âmbito global, regional ou local, dependendo do grau de interação que desejam ou necessitam para a proteção dos seus interesses. Essa perspectiva torna a securitização cada vez mais complexa, dado que certo Estado pode, por exemplo, manter boas relações econômicas com outro e ao mesmo tempo discordarem em questões ambientais; pertencer a um bloco econômico e discordar dos

¹³ O Texto original em inglês: "Security' is the move that takes politics beyond the established rules of the game and frames the issue either as a special kind of politics or as above politics. Securitization can thus be seen as a more extreme version of politicization".

componentes deste em questões militares.

Em suma, a securitização constitui-se no estabelecimento intersubjetivo de uma ameaça existencial, concebida socialmente através de *lobby*, com proeminência suficiente para ter efeitos políticos substanciais, representando uma importante ferramenta que permite colocar o assunto em questão de relevância na esfera da segurança.

4.2 **Considerações sobre Securitização**

O pós-Guerra Fria contribuiu amplamente para a abertura e integração dos mercados de forma global. Essa globalização econômica, aliada à evolução tecnológica (sobretudo a internet) trouxe consigo uma gama de assuntos que permaneciam internos a cada Estado. Ao passo que essa interconectividade mundial, em diversos aspectos, atua como fator agregador, ela também desencadeia uma competição, pois tudo está ao acesso de todos. Por conseguinte, cada Estado traça o que é mais interessante para si e onde é mais vulnerável, securitizando essas questões, às vezes, de forma militar.

Após apresentado o conceito de securitização, somamos a ele a importância do MSC e o conceito de A2/AD para passarmos ao cerne do nosso estudo: como os EUA e a RPC têm securitizado no Mar do Sul da China nos últimos dez anos.

5 ESTRATÉGIA NAVAL DA RPC NO MAR DO SUL DA CHINA

A ascensão econômica vivenciada pela RPC e sua posição como a segunda maior potência econômica mundial têm origem no modelo de reforma com a abertura de mercado, proposto por Deng Xiaoping¹⁴ ao final da década de 1970, sendo caracterizada pela adoção de uma política externa pautada no “Low Profile” na qual Xiaoping propunha a diretriz de "manter a discrição e aguardar nosso tempo, ao mesmo tempo em que realizamos algo". Nesse contexto, Xiaoping previa que a RPC passaria por um caminho espinhoso no seu crescimento, uma vez que suscitaria dúvida sobre uma ascensão não belicosa e, não menos importante, significaria a ascensão cerca de 1,3 bilhão de pessoas, o que certamente chamaria a atenção da comunidade internacional.

Observamos que, nas últimas décadas, a RPC tem apresentado uma política externa divergente dos paradigmas do “Low Profile”, assumindo um papel mais firme como potência internacional. Essa mudança de postura ganhou forma a partir do governo de Xi Jinping, em 2012, com sua política denominada de “Sonho Chinês”, a qual é centrada no fortalecimento e rejuvenescimento da RPC, sob o regime do Partido Comunista da China (PCC), visando a construção de uma sociedade moderna e próspera até o ano de 2049 no qual será celebrado o 100º aniversário da RPC.

A implementação do “Sonho Chinês” iniciou-se com a criação de um plano de infraestrutura regional e global, que alimentaria o crescimento da RPC e ampliaria sua influência no cenário internacional. Esse plano, popularmente conhecido como Nova Rota da

¹⁴ Deng Xiaoping (1904-1997) foi o líder supremo da República Popular da China (RPC) entre 1978 e 1992. Após a morte de Mao Tsé-Tung, Deng Xiaoping conduziu a RPC por uma série de reformas econômicas, dando-lhe a reputação de "Arquiteto Chefe" da Reforma e Abertura.

Seda, foi denominado de Belt and Road Initiative¹⁵ (BRI) e apresentado em 2013. Tais investimentos deveriam ser tanto terrestres (Cinturão), interligando a Europa, o Oriente Médio, a Ásia e a África — regiões de extrema importância geopolítica — quanto marítimos (Rota), percorrendo o Oceano Pacífico, cruzando o Oceano Índico e chegando ao Mar Mediterrâneo. Essa postura chinesa de projeção internacional, além do BRI como braço econômico, possui uma forte vertente militar que a suporta: o A2/AD.

Após termos apresentado uma síntese da mudança de postura da RPC no cenário internacional a partir de 2012, passaremos a abordar mais profundamente seu comportamento na região do MSC. Na próxima seção que deste capítulo descreveremos como os chineses planejam sua projeção econômica: o BRI. Após isso, discorreremos sobre o centro do nosso objeto: o A2/AD chinês no MSC. Por fim, encerraremos o capítulo com considerações parciais sobre os dados e informações apresentadas.

5.1 BRI – Belt and Road Initiative

Antes de abordarmos a BRI, a Nova Rota da Seda, cabe aqui apresentar a origem desse nome, pois carrega uma grande importância histórica. Há mais de dois mil anos, a região da atual RPC foi o centro da economia euroasiática (Europa+Ásia), sendo a Rota da Seda criada para interligar o Ocidente ao Oriente a fim de estabelecer uma rede comercial entre os mercadores e uma rede multicultural entre seus países membros, tendo a seda como principal produto comercializado nessa rede.

Assim, observamos que a RPC tem se dedicado no desenvolvimento de estratégias internacionais e de crescimento econômico, participando de fóruns, instituições multilaterais

¹⁵ “Iniciativa do Cinturão e da Rota” (Tradução nossa).

e agrupamentos comerciais, como os BRICS¹⁶, defendendo a reconstituição de rotas de comércio regional, como a Rota da Seda, onde a BRI assume papel importante na concretização do “Sonho chinês”, idealizado por Xi Jinping.

O projeto da BRI abarca a construção de redes de infraestrutura, como ferrovias, rodovias, oleodutos e gasodutos, sistemas de telecomunicação e portos, sendo dividido em duas rotas interconectadas: um cinturão terrestre, composto pelos Estados fronteiriços com a RPC e uma rota marítima interligando os portos da RPC com a costa africana, o Canal de Suez e o Mar Mediterrâneo.

Na vertente marítima da BRI, o MSC destaca-se por sua importância geoestratégica e econômica, já apresentadas na introdução deste trabalho. Conseqüentemente, percebemos que manutenção da abertura das passagens marítimas e um ambiente regional com o mínimo possível de interferências de outras potências internacionais são indispensáveis para a concretização do “Sonho Chinês”. Para isso, a RPC tem investido fortemente em infraestruturas marítimas que o ocidente intitula como “Colar de Pérolas” (FIG. 1), expressão utilizada pela primeira vez em um documento interno do DoD, chamado “Energy futures in Asia”.

Segundo Bo (2014), as “pérolas” citadas no referido documento são bases navais ou postos de escuta eletrônica construídos pelos chineses em Mianmar, Bangladesh, Paquistão e Sri Lanka, com o objetivo de projetar sua presença no exterior e proteger seus carregamentos de petróleo. Esse conceito é visto, de forma geral, como uma iniciativa política e militar que objetiva proporcionar à People's Liberation Army Navy (PLAN)¹⁷ fácil acesso a

¹⁶ BRICS é um agrupamento de países de mercado emergente em relação ao seu desenvolvimento econômico. Trata-se de um acrônimo da língua inglesa que é geralmente traduzido como "os BRICS" ou "países BRICS" composto por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

¹⁷ “Marinha do Exército de Libertação Popular” (tradução nossa).

diversos portos estrategicamente distribuídos ao longo das principais rotas petrolíferas desde o Mar da Arábia até o MSC.



FIGURA 1 – “Colar de Pérolas” no Oceano Índico

Fonte: <www.newscast-pratyaksha.com/english/china-build-military-bases-worldwide/china-bases/>. Acessado em: 20 de julho de 2022.

Bo (2014), afirma ainda que a RPC possui apenas dois propósitos no Oceano Índico: ganhos econômicos e a segurança das LCM chinesas. O primeiro objetivo pode ser atingido por intermédio de interações comerciais com os Estados litorâneos. Para atingir seu segundo propósito, a PLAN vem, desde o final de 2008, unindo esforços militares internacionais no combate à pirataria nas águas da costa da Somália. Na verdade, segundo Bo (2014), “a única coisa justificável na teoria do ‘colar de pérolas’ é que ela sublinha a crescente importância do Oceano Índico para os interesses nacionais em constante expansão da RPC, especialmente em

termos de importação de energia”¹⁸ (Tradução nossa).

Ainda para Bo (2014), dois Estados possuem grande relevância para a liberdade de navegação da RPC no Oceano Índico: a Índia e os EUA, que são os únicos que possuem total capacidade de controle dos chokepoints¹⁹ do Índico, podendo influenciar fortemente as LCM até a RPC.

Podemos, então, perceber a importância das LCM para a prosperidade e modernização da sociedade chinesa e atingimento dos objetivos de seu “Sonho Chinês”, fazendo com que a RPC securitize a proteção de sua liberdade de navegação, o que explica a forte atuação estratégica na região do Oceano Índico e do MSC. Sobre este, a RPC tem a ambição de limitar a liberdade de navegação da Marinha dos EUA e outros aliados, aumentando a percepção de risco para os navios de guerra estrangeiros que operam nessas águas disputadas e cada vez mais tensas. A percepção chinesa de ameaça aos seus interesses e a necessidade de securitização da região do MSC estão descritos na Estratégia Militar Chinesa de 2015:

[...] Alguns países externos também estão ocupados se intrometendo nos assuntos do Mar do Sul da China; uns poucos mantêm vigilância e reconhecimento aéreo e marítimo constante contra a China. É, portanto, uma tarefa de longa data para a China salvaguardar seus direitos e interesses marítimos²⁰. (REPÚBLICA POPULAR DA CHINA, 2015).

As ações da RPC na região do MSC estão baseadas na estratégia de A2/AD, desafiando a capacidade única dos EUA de projeção de poder naval em áreas de interesse fundamental, além de suscitar dúvidas nas mentes de seus aliados no Pacífico sobre a

¹⁸ Texto original em inglês: “In fact, the only thing justifiable in the “string of pearls” theory is that it underlines the growing importance, even then, of the Indian Ocean for China’s ever-expanding national interests, especially in terms of energy import.” (ZHOU BO, 2014).

¹⁹ “Pontos de estrangulamento” (tradução nossa). Na estratégia militar, são locais com características geográficas específicas, em terra ou no mar (também fluvial), que que obrigam a passagem de uma força.

²⁰ O Texto original em inglês: “[...] Some external countries are also busy meddling in South China Sea affairs; a tiny few maintain constant close-in air and sea surveillance and reconnaissance against China. It is thus a long-standing task for China to safeguard its maritime rights and interests”.

capacidade do Comando do Pacífico dos EUA (USPACOM) de responder às preocupações com segurança, o que passaremos a estudar na próxima seção.

5.2 O A2/AD no Mar do Sul da China

Para a securitização do MSC, a RPC tem feito investimentos pesados para aplicação do A2/AD na região, ampliando seu alcance na região com a criação de uma série de infraestruturas militares avançadas, seja em ilhas já existentes ou artificiais, equipadas com pistas de pouso e decolagem, instalações de atracação com apoio logístico para seus navios, bem como os necessários sistemas de defesa aérea para protegê-los. Outro elemento-chave de uma estratégia A2/AD eficaz é a exigência de uma defesa aérea confiável de longo alcance para sustentar o conceito.

A eficácia do escudo A2/AD da RPC depende da integração de todas as forças componentes do seu poder militar, porém, como o ambiente marítimo é um dos elementos essenciais, a Marinha do Exército de Libertação Popular (PLA Navy ou PLAN) é peça imprescindível no escudo de proteção chinês contra possíveis ameaças ou ações coercitivas externas em seu entorno estratégico. A PLAN é, ainda, uma excelente ferramenta do governo chinês para de projeção de poder para além de seu entorno estratégico e para monitoramento sobre as suas principais LCM.

Para atender os objetivos políticos e estratégicos do governo da RPC, a PLAN conta hoje com uma poderosa força naval²¹ (FIG. 2), apresentando uma extensa e variada panóplia de meios. Sua força de superfície é composta por 03 Porta-aviões, 02 Porta-helicópteros, 08 Navios de Assalto Anfíbio, 32 Navios-anfíbios de transporte de blindado, 33 Navios-anfíbios

²¹ Dados disponíveis em: <<https://historiamilitaremdebate.com.br/china-o-dragao-do-mar/>>. Acessado em: 22 de julho de 2022.

liderados por navios-aeródromo, dos quais quatro são dotados de tecnologia nuclear e avançadas tecnologias. Esses meios, além de serem peças importantes no escudo A2/AD, também permitem a projeção do poder chinês para além do MSC, alcançando o Índico e o Pacífico, com uma força expedicionária apoiada por uma robusta força de superfície, forte logística em seu “colar de pérolas” e de inteligência.

A formação do escudo de proteção A2/AD (FIG. 3) dos chineses contou com a construção de várias bases aéreas em sua costa, nas Ilhas Spratly e Paracel, além da construção de ilhas artificiais para robustecer sua proteção, como em Fiery Cross Reef (FIG. 4). Essa defesa de terra conta com a instalação de baterias de mísseis (antinavios, antiaéreos e antimísseis), além de pistas de pouso para desdobramento de meios de ataque, vigilância e alarme antecipado, expandindo seu extremo defensivo e ampliando a consciência situacional chinesa na região do MSC.

A estratégia chinesa de A2/AD está estruturada em um conceito de segurança chamado de “Cadeias de Ilhas”²³, que tem como propósito operar suas defesas em pelo menos dois tipos de camadas defensivas. Uma primeira camada garantindo certa profundidade e distância do ambiente operacional principal e a segunda, estruturada em defesas multidomínio. A RPC estruturou seu escudo A2/AD com uma Primeira Cadeia de Ilhas, com destaque para o Mar do Sul da China, com a predominância de meios de superfície, aéreos submarinos e, em particular, mísseis de cruzeiro de defesa costeira. Na Segunda Cadeia de Ilhas, prepondera o emprego de mísseis balísticos antinavio (como o DF-26, com alcance de 4.000 km), mísseis balísticos ar-superfície (como o DF-21, com alcance de cerca de 1.770 km),

²³ “Cadeias de Ilhas” é um conceito de segurança geográfica usado para ilustrar um perímetro defensivo ou ofensivo, ligando ilhas e outras massas terrestres maiores. Esse tipo de estratégia foi identificado pelos militares estadunidenses na década de 1940 (durante a Guerra Fria) como sendo um modelo empregado pela então União Soviética para garantir sua segurança.

mísseis ar-ar (como PL-15) e submarinos. Como podemos constatar, os mísseis estão entre os principais vetores de força utilizados pela China para operacionalizar seu sistema de A2/AD.

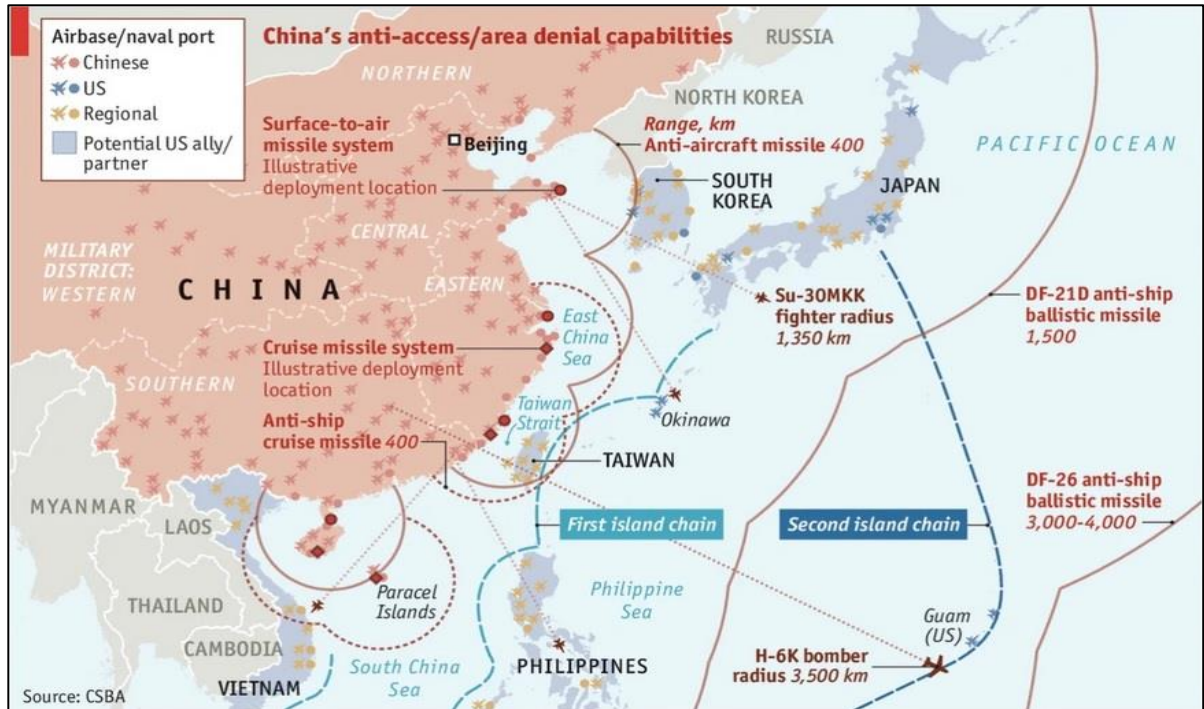


FIGURA 3 – O Escudo A2/AD chinês (Primeira e Segunda Cadeias de Ilhas)

Fonte: <<https://www.economist.com/briefing/2018/10/18/americas-new-attitude-towards-china-is-china-is-changing-the-countries-relationship>>. Acessado em 20 de julho de 2022.



FIGURA 4 – Base chinesa construída sobre ilha artificial no Recife Fiery Cross (MSC)

Fonte: <<https://historiamilitaremdebate.com.br/china-o-dragao-do-mar/>>. Acessado em: 20 de julho de 2022.

Os meios apresentados são de suma importância na concretização da estratégia chinesa para o MSC, porém, a RPC também tem investido forte na capacitação de pessoal, contando atualmente com um Corpo de Fuzileiros Navais composto por um efetivo de aproximadamente 40 mil militares, organizados em brigadas combinadas compostas por batalhões com veículos anfíbios blindados, batalhões aeromóveis, batalhões de artilharia, batalhões de defesa aérea, batalhões de reconhecimento, batalhões logísticos e de serviços. Complementarmente, a PLAN brigada de operações especiais, apoio de engenharia, guerra NBQR (Nuclear, Biológica, Química e Radiológica), engenharia e aviação. As brigadas possuem capacidade expedicionária, de resposta rápida, assalto anfíbio e podem atuar de forma independente.

A preponderância do domínio marítimo da estratégia A2/AD da RPC é complementada pelo apoio da Força Aérea do Exército Popular de Libertação (PLAAF — People's Liberation Army Air Force) e do Exército de Libertação Popular (PLA — People's Liberation Army), com o emprego por exemplo da aeronave de alerta antecipado aéreo KJ-2000 do PLA que contribui para o fornecimento de alerta antecipado de penetração de uma força oponente.

Também é relevante considerar que as bases avançadas da RPC, seja nas ilhas naturais do seu entorno, ou então nas artificiais, conferem superioridade contra qualquer adversário no MSC, pois além de possibilitar a projeção de poder militar, servem para integrar informações e dados de inteligência coletados no MSC, centralizando tudo no sistema de comando geral do PLA no nível estratégico. Esse amplo e complexo sistema de informações, localizados em terra e nos meios, tem papel preponderante na negação de informação ao adversário, proporcionando aos chineses uma boa consciência situacional no MSC.

5.3 Considerações o A2/AD chinês no Mar do Sul da China

O quinto capítulo do nosso estudo demonstrou que nos últimos anos o crescimento chinês veio acompanhado de um incremento em suas capacidades militares, principalmente no início desse século com a eclosão de questões geopolíticas e geoeconômicas, como as disputas com os EUA no MSC e a implementação do BRI, fazendo com que a RPC acelerasse o processo de expansão da PLAN e da PLAAF a fim de implementar seu escudo A2/AD para dissuadir e mitigar as capacidades de coerção dos rivais. Nesse contexto, foi possível comprovar que o conceito de A2/AD é perfeitamente adequado à RPC no MSC.

Todavia, a implementação dessa estratégia traz consigo certo risco aos chineses. Ainda não se pode observar a eficácia do equipamento militar do PLA (aí inclusas a PLAN e a PLAAF) em combate, tampouco a eficiência do seu pessoal que tem participado apenas em operações de manutenção da paz da Organização das Nações Unidas (ONU), não possuindo experiência em contenda contra um inimigo bem preparado, experiente e tecnologicamente avançado como os EUA. Além disso, as disputas marítimas da RPC com os Estados do seu entorno, mencionadas na nossa introdução, ocasionam um déficit de confiança sobre os chineses na região, aumentando o risco de tais Estados aproximarem-se dos EUA para reduzir a assertividade chinesa. Portanto, no próximo capítulo, apresentaremos as estratégias navais estadunidenses no MSC, em oposição ao A2/AD chinês, para atingimento dos seus objetivos na região.

6 ESTRATÉGIA NAVAL DOS EUA NO MAR DO SUL DA CHINA

Até este ponto do nosso trabalho estudamos: a importância econômica, geopolítica e estratégica do MSC; a importância das LCM, segundo Corbett; a história e características de uma estratégia A2/AD; a Securitização, sendo uma necessidade dos Estados de colocar uma questão no centro de seus interesses e protegê-la; o crescimento da RPC nos últimos dez anos e sua necessidade de securitizar a região do MSC com a implementação de seu escudo A2/AD. A partir de agora passaremos a estudar os interesses dos EUA no MSC, no mesmo espaço temporal e sua postura estratégica na região.

6.1 A projeção e proteção dos interesses dos EUA – Securitização estadunidense

Para entendermos por que os EUA mantêm uma postura de projeção para além de seu território e, assim, compreendermos sua postura estratégica no MSC, temos que recorrer à história.

Após a conquista de sua independência, ocorrida em 1776, os EUA iniciaram uma expansão territorial para oeste, desbravando e ocupando novas terras na direção do Oceano Pacífico. Essa expansão não teve somente cunho de conquista e exploração de riquezas, mas também se estruturou sobre fatores encorajadores para o povoamento das novas terras conquistadas, como a religião e a cultura. Essas ações expansionistas eram “justificadas” pelo Destino Manifesto²⁴ e pela Doutrina Monroe²⁵. Esse pressuposto divino de propagar a civilização, o cristianismo e o progresso, não ficou restrito aos indígenas das terras ocupadas

²⁴ John Louis O'Sullivan, editor e colunista popular, articulou a antiga crença estadunidense na missão dada por Deus aos Estados Unidos da América de liderar o mundo na transição para a democracia. Ele chamou isso de “destino manifesto” da América. (Tradução nossa).

²⁵ James Monroe foi governou EUA entre 1817 e 1825, estando a frente da expansão territorial para o oeste. Em 2 de dezembro de 1823, ele discursou no congresso estadunidense estabelecendo os princípios daquilo que chamou de Doutrina Monroe (mesmos preceitos do Destino Manifesto).

na marcha estadunidense para o oeste, expandindo-se também para a América Latina. Dessarte, os EUA, que foram precursores no processo de emancipação política, iniciaram a projeção de sua força sobre o restante da América, mitigando possíveis inferências vindas da Europa e contribuindo, de certa forma, para a independência das colônias europeias na América Latina.

Avançando na história, Bandeira (2009) nos lembra que ao final da Segunda Guerra Mundial (IIGM, 1939-1945), a Carta de São Francisco (Carta das Nações Unidas, 1945) publicou o direito de autodeterminação dos povos, conferindo-lhes o direito de autogoverno e de decidirem sua situação política de forma livremente, bem como aos Estados o direito de defender a sua existência e condição de independência. Esses preceitos foram amplamente utilizados pela ONU no processo de descolonização, o que fez com que esses princípios fossem reconhecidos como parte das normas de Direito Internacional. Nesse quadro, os EUA, baseados em sua “missão” de liderar o mundo na transição para a democracia, propagação de sua cultura e valores, mantiveram uma postura de contenção do movimento socialista da ex-União das Repúblicas Socialistas Soviética (ex-URSS), buscando influenciar os novos Estados ao redor do mundo. Essa implementação de zonas de influência e proliferação dos ideais estadunidenses continuou ao final da Guerra Fria, com a dissolução da URSS e a emancipação de diversos Estados. Desde então, este passou a ser o referencial dos EUA: preservar o mundo unipolar com a dominância estadunidense e incremento de sua projeção de influência e poder.

Nesse ambiente, iniciamos nossa compreensão dos motivos pelos quais os EUA mantêm Comandos Militares Operativos em diversas partes do mundo e sustentam uma forte presença militar no MSC. A própria Doutrina Monroe se encarrega de embasar esse nosso entendimento, pois teve influência direta no desenvolvimento econômico dos EUA,

porquanto a crença em propagar os ideais civilizatórios para os demais povos promoveu também a conquista de novas terras e o seu desenvolvimento tecnológico, como a construção de ferrovias que permitiram maior fluidez nas comunicações terrestres. Historicamente a atuação estadunidense no cenário internacional pauta-se nos ideais que fazem referência àquela doutrina, dado que justificam o emprego de sua força militar em intervenções realizadas em outros Estados, sugerindo a garantia da liberdade, da democracia e do progresso no mundo. Eis que essa é uma clara proposta estadunidense de securitização.

Baseando-se na finalidade implícita de proteção de seus interesses econômicos e de seu povo, os EUA têm mantido as ameaças afastadas de seu território, justificando sua presença militar em diversas partes do globo. Essa securitização encontra-se expressa na descrição dos objetivos dos Comandos Operativos estadunidenses na Europa, África e Ásia: “[...] promoção dos interesses nacionais dos EUA e promover a segurança, a estabilidade e a prosperidade regionais”²⁶ (tradução nossa). Por conseguinte, esse posicionamento dos EUA no ambiente internacional reflete-se nos discursos de seus presidentes, como por exemplo as palavras de Barack Obama em um pronunciamento no Pentágono, em 2012, sobre mudança da estratégia militar estadunidense, em que destacamos: “Os Estados Unidos da América são a maior força pela liberdade e segurança que o mundo já conheceu.”²⁷ (tradução nossa) e “[...] estaremos fortalecendo nossa presença na Ásia-Pacífico, e as reduções orçamentárias não ocorrerão às custas dessa região crítica.”²⁸ (tradução nossa).

²⁶ Texto original em inglês: “[...] advance U.S. national interests and promote regional security, stability, and prosperity”. Disponível em: <<https://www.defense.gov/About/Combatant-Commands/>>. Acessado em: 23 de julho de 2022.

²⁷ Texto original em inglês: “The United States of America is the greatest force for freedom and security that the world has ever known”. (OBAMA, 2012). Disponível em: <<https://www.americanrhetoric.com/speeches/PDFFiles/Barack%20Obama%20-%20Military%20Strategy%20Review.pdf>>. Acessado em: 23 de julho de 2022.

²⁸ Texto original em inglês: “[...] we will be strengthening our presence in the Asia Pacific, and budget reductions will not come at the expense of that critical region.”. (OBAMA, 2012). Disponível em:

O contexto das palavras de Obama (2012) coincide com a política Xi Jinping que lidera a RPC em uma rápida ascensão econômica e desenvolvimento militar massivo na região do MSC. Dessa maneira, conseguimos compreender a securitização da região do MSC pelos EUA que na gestão do presidente Barack Obama, incrementaram sua presença, influência política e diplomática, suportados pela projeção de poder bélico, sobretudo naval, naquela área.

Os EUA gozam, há bastante tempo, do que Posen (2003) denominou de “comando dos comuns”²⁹: os “comuns” são os espaços marítimos e aéreos que não pertencem a nenhum Estado e dão acesso a grande parte do globo e o “comando” refere-se ao fato dos EUA fazerem mais uso militar do mar, espaço e ar do que outros Estados, detendo credibilidade para ameaçar a negação do seu uso por outros e, ainda, que outros perderiam uma disputa militar pelos “comuns” se tentassem negá-los aos estadunidenses. Assim, os EUA garantem sua liberdade mundial de movimento nos mares, sob os mares e no ar acima de 15.000 pés, com a capacidade de negar essa mesma liberdade aos inimigos. Esse comando contribuiu para uma notável era de primazia militar estadunidenses contra potenciais estatais rivais. Biddle e Oelrich (2016) afirmam que muitos observadores temem que essa era possa estar chegando ao fim no Pacífico Ocidental, considerando o constante desenvolvimento militar chinês e a implementação de seu escudo A2/AD. Biddle e Oelrich (2016) apontam ainda que a capacidade da RPC de estender uma zona de exclusão até, ou além, da “Segunda Cadeia de Ilhas” e que uma capacidade chinesa de A2/AD chegando perto dessa distância representaria grandes desafios para a política de segurança dos EUA.

<<https://www.americanrhetoric.com/speeches/PDFFiles/Barack%20Obama%20-%20Military%20Strategy%20Review.pdf>>. Acessado em: 23 de julho de 2022.

²⁹ Texto original em inglês: Command of the Commons.

Nesse cenário, conseguimos perceber o emprego nítido do conceito de Buzan, Wæver e Wilde (1998) quanto à securitização da região do MSC pelos estadunidenses, pois a área em questão tem grande importância para as LCM dos EUA, conforme teorizado por Cobertt, que prezam pela manutenção de sua capacidade crível de projetar força militar em qualquer região do mundo a fim de garantir seus interesses. Isso posto, passaremos a discorrer sobre a estratégia adotada pelos EUA na região do MSC em oposição ao escudo A2/AD chinês na região.

Reforçando a ótica da securitização do MSC e adjacências pelos EUA, podemos destacar um recente documento confeccionado pelo U.S. Naval Service (composto Marinha, Corpo de Fuzileiros Navais e Guarda Costeira estadunidenses) que publicou uma nova abordagem estratégica dos EUA, e já em suas primeiras páginas deixa bem claro que a RPC representa uma ameaça aos interesses nacionais, às LCM e à liberdade de navegação estadunidenses:

“Priorizamos a concorrência com a RPC devido à sua crescente força econômica e militar, incrementando sua agressividade, e clara intenção de dominar suas águas regionais e refazer a ordem internacional em seu favor. Até que a RPC decida agir como uma parte interessada responsável em vez de brandir seu poder para promover seus interesses autoritários, ela representa a ameaça mais abrangente para os EUA, nossos aliados e todas as nações que apoiam um sistema livre e aberto. [...] A RPC implementou uma estratégia e uma abordagem revisionista que visa o coração do poder marítimo dos Estados Unidos. Ela busca corroer a governança marítima internacional, negar acesso a centros logísticos tradicionais, inibir a liberdade dos mares, controlar o uso de chokepoints importantes, impedir nosso engajamento em disputas regionais e desbancar os Estados Unidos como parceiro preferencial em países ao redor do mundo”³⁰ (Tradução nossa).

³⁰ Texto original em inglês: “We prioritize competition with China due to its growing economic and military strength, increasing aggressiveness, and demonstrated intent to dominate its regional waters and remake the international order in its favor. Until China chooses to act as a responsible stakeholder rather than brandish its power to further its authoritarian interests, it represents the most comprehensive threat to the United States, our allies, and all nations supporting a free and open system. [...] China has implemented a strategy and revisionist approach that aims at the heart of the United States’ maritime power. It seeks to corrode international maritime governance, deny access to traditional logistical hubs, inhibit freedom of the seas, control use of key chokepoints, deter our engagement in regional disputes, and displace the United States as the preferred partner in countries around the world” (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2020).

6.2 A estratégia estadunidense no Mar do Sul da China – Contra-A2/AD

O contexto exposto na seção anterior serve de base para apresentarmos a estratégia dos EUA no MSC, em oposição ao A2/AD chinês. Analisando o texto divulgado no Quadrennial Defense Review Report – 2010 (QDRR) percebemos a preocupação do DoD estadunidense com a estratégia chinesa de A2/AD no MSC:

“As forças dos EUA devem ser capazes de deter, defender e derrotar a agressão de Estados potencialmente hostis. Essa capacidade é fundamental para a habilidade dos EUA de proteger seus interesses e prover segurança em regiões-chave. As estratégias de antiacesso procuram negar a Estados externos a capacidade de projetar poder em uma determinada região, permitindo assim que ações agressivas ou desestabilizadoras sejam conduzidas pelo poderio de antiacesso. Sem as capacidades dominantes dos EUA em projetar poder, a integridade das alianças estadunidenses e suas parcerias de segurança poderiam ser postas em xeque, aumentando a possibilidade de conflito e reduzindo sua segurança e influência. [...] Como parte de sua modernização militar abrangente e de longo prazo, a China está desenvolvendo e colocando em campo grande número de mísseis de médio alcance balísticos e de cruzeiro, novos submarinos de ataque equipados com armamento avançado, incrementando seus sistemas de defesa aérea de longo alcance, capacidades de guerra eletrônica e ataques a rede de computadores, aeronaves de combate avançadas e sistemas de guerra contra-espço.”³¹ (Tradução nossa).

A fim de se contraporem ao escudo A2/AD chinês, os EUA apostaram em uma postura militar frequentemente chamada de Air-Sea Battle (ASB), a qual foi projetada para preservar o acesso estadunidense ao Pacífico Ocidental, combinando defesas passivas contra ataques de mísseis chineses e ações ofensivas para destruir ou desativar o A2/AD da RPC.

O âmago do conceito Air-Sea Battle está no emprego de forças integradas capazes de realizarem operações em domínios cruzados de combates interdependentes (aéreo,

³¹ Texto original em inglês: “U.S. forces must be able to deter, defend against, and defeat aggression by potentially hostile nation-states. This capability is fundamental to the nation’s ability to protect its interests and to provide security in key regions. Anti-access strategies seek to deny outside countries the ability to project power into a region, thereby allowing aggression or other destabilizing actions to be conducted by the anti-access power. Without dominant U.S. capabilities to project power, the integrity of U.S. alliances and security partnerships could be called into question, reducing U.S. security and influence and increasing the possibility of conflict. [...] As part of its long-term, comprehensive military modernization, China is developing and fielding large numbers of advanced medium-range ballistic and cruise missiles, new attack submarines equipped with advanced weapons, increasingly capable long-range air defense systems, electronic warfare and computer network attack capabilities, advanced fighter aircraft, and counter-space systems” (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2010).

marítimo, terrestre, espacial e ciberespaço), atacando em profundidade para interromper, destruir e derrotar as forças adversárias e suas capacidades A2/AD, a fim de fornecer a máxima vantagem operacional para as forças estadunidenses em uma região contestada (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2013, p. 4).

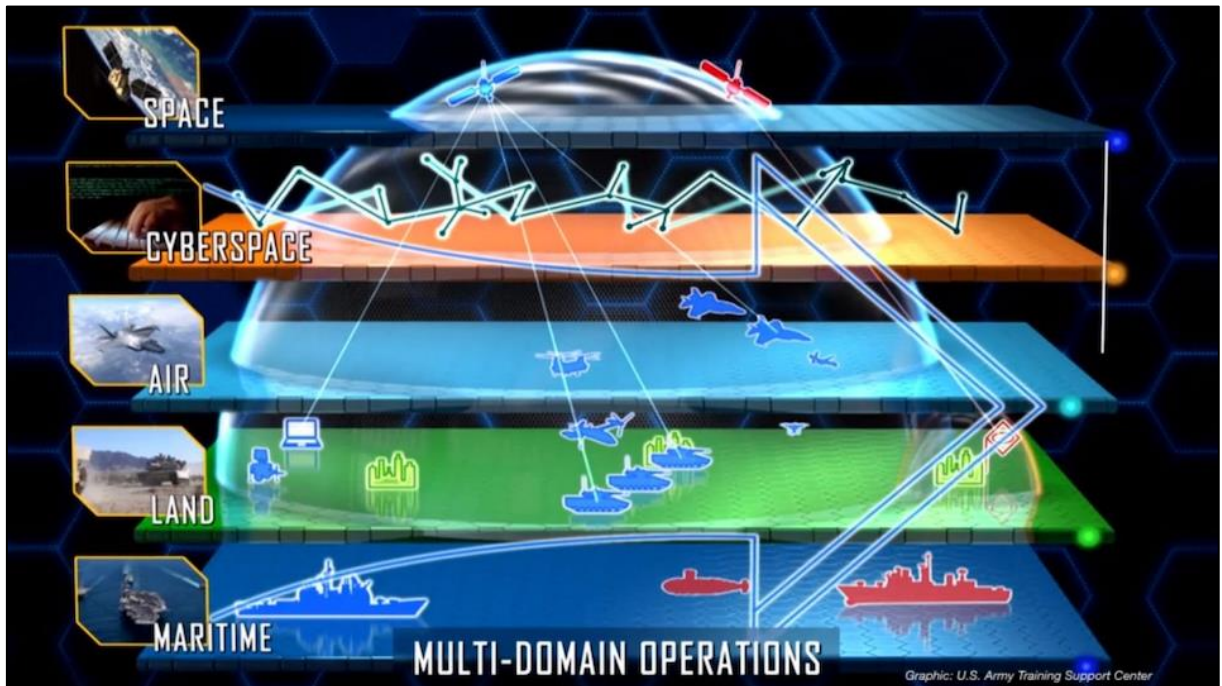


FIGURA 5 – “Sinergia de Domínios” – Multi-Domain Operations

Fonte: <<https://globalsecurityreview.com/defense-department-multidomain-operations-challenge/>>. Acessado em: 20 de julho de 2022.

Como a definição de ASB engloba esforço militar em diversos domínios do combate (FIG. 5), a partir dele foi construído o JOAC, descrevendo o acesso operacional como a capacidade de projetar força militar em uma área operacional com liberdade de ação suficiente para cumprir a missão. A contribuição particular do ASB para o conjunto de problemas de acesso operacional concentrou-se no desenvolvimento de forças integradas capazes de ganhar e manter a liberdade de ação nos bens comuns globais (MORRIS *et al*, 2015), assim como definido por Posen (2013) sobre o “comando dos comuns”.

Segundo RAPP-HOOPER *et al* (2016), em janeiro de 2015, o Departamento de Defesa anunciou oficialmente a alteração de sua abordagem para mitigação de A2/AD. A

algunha Air-Sea Battle foi abandonada em prol de uma nova abordagem do DoD, chamada de JAM-GC, Conceito Conjunto para Acesso e Manobra nos Comuns Globais (Joint Concept for Access and Maneuver in the Global Commons). Esse novo conceito abrangeria a ASB e acrescentaria um papel para as forças terrestres. RAPP-HOOPER *et al* (2016) afirmam que alguns analistas avaliaram as mudanças como positivas, argumentando que a adição de uma força terrestre móvel contribuiria significativamente para as operações dos EUA em contendas no Pacífico. Apesar de sua nova conceitualização para incluir o Exército e o Corpo de Fuzileiros Navais dos EUA em coordenação conjunta, esta contraposição ao A2/AD ainda depende principalmente de operações aéreas e marítimas (MARTIN, 2019).

Segundo com Martin (2019), embora as especificidades do ASB sejam classificadas, muito pode-se obter derivado das informações disponíveis sobre ASB para analisar seus pontos fortes e fracos. Em primeira mão, o ASB explora como vulnerabilidade do A2/AD na sua dependência de tecnologias de reconhecimento, vigilância e aquisição de alvos, especificamente a centralidade de radar para o sucesso do sistema, já que sem este a RPC não será capaz de localizar efetivamente as forças que penetram em sua área, minando a base do A2/AD. Ainda, de acordo com Martin (2019), o ASB fornece uma abordagem flexível para contrapor uma agressão chinesa, podendo variar de um conflito de baixo nível, apenas com demonstração de forças, a ataques diretos ao continente chinês (TORSVOLL, 2015 apud MARTIN, 2019).

Biddle e Oelrich (2016) afirmam que, em um futuro próximo, espera-se que a tecnologia militar se desenvolva mais em favor do defensor, pois será mais fácil ocultar possíveis alvos chineses dos danos que as campanhas de mísseis do ASB procuram causar. A ofensiva deve se tornar mais problemática ao longo do tempo, pois os autores argumentam que “tornará mais difícil sustentar operações aéreas ou navais de superfície perto de massas

de terra controladas pelo inimigo sem desgastar sistematicamente o inimigo” (BIDDLE e OELRICH, 2016, p. 41).

Resumindo o conceito de ASB, podemos dizer que ele é baseado em forte integração entre Marinha e Força Aérea, além do espaço e ciberespaço, sendo complementares entre si, tendo em vista a contestação pelo adversário de um ou mais desses domínios (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2012. p. 23-24). Podemos entender essa forte integração como uma expansão do C4ISR³² a um nível bastante elevado, proporcionando uma interoperabilidade real entre os domínios, indo além das operações combinadas que se desfazem ao término da contenda. Assim, a utilização do espaço e do ciberespaço são imprescindíveis para o emprego do ASB, sintetizado essa utilização no acrônimo NIA-E3 – Networked Integrated Attack-in-Depth³³, destinado a interromper, destruir e derrotar³⁴ (ASBO – Air-Sea Battle Office, 2013) (Tradução nossa), ou seja, é necessária a realização de um ataque integrado em rede a fim de desabilitar os satélites inimigos e destruir os sistemas de lançamentos de mísseis. A primazia desse ataque cibernético ser realizado em profundidade deve-se ao fato dos sistemas chineses de lançamentos de mísseis estarem bem protegidos por sistemas antimísseis e bastante interiorizados em seu território (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2012, P. 26).

Martin (2019) aponta que para os EUA alcançarem os objetivos de sua estratégia geral, eles podem associar o ASB e o JOAC ao emprego de uma estratégia complementar, o Offshore Control (Controle de Alto-Mar), empregado com a cooperação de Estados da região através de tratados de alianças regionais – coma Austrália, Japão, República da Coreia,

³² “Command, Control, Communications, Computers, Intelligence, Surveillance, and Reconnaissance”.

³³ Ataque em profundidade centrado em rede (Tradução nossa).

³⁴ Texto original em inglês: Disrupt, destroy and defeat.

Filipinas e Tailândia – além de buscar a colaboração de outros parceiros na região, incluindo a Índia, Indonésia, Nova Zelândia, Singapura, Taiwan, Vietnã e as ilhas do Pacífico (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2022, p. 9), possibilitando a realização de um bloqueio naval à RPC, fazendo com que esta recorra à mesa de negociações. Além disso, as parcerias na região do MSC proporcionariam um incremento na segurança mútua entre os Estados, através do desenvolvimento de capacidade de combate nos Estados locais, podendo prover bases avançadas aos EUA e interoperabilidade entre suas forças e as locais (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2022, p. 12 e 13).

6.2.1 Perfil das Forças do Air-Sea Battle estadunidense – Contra-A2/AD

Apesar dos EUA possuírem a maior força militar do mundo, atualmente eles não detêm uma capacidade operacional e tática completa para empregar o ASB perante a vultuosa capacidade A2/AD da RPC, que segue em constante modernização (MAGNO *et al*, 2015). Magno *et al* (2015) afirmam que para que o ASB estadunidense possa ser plenamente empregado, faz-se necessário investimentos e meios navais: novos meios de superfície, aeronaves de ataque não-tripuladas embarcadas e de longo alcance, mísseis antinavio etc. e meios para a Força Aérea dos Estados Unidos da América (USAF — U.S. Air Force): como bombardeiros stealth de longo alcance, veículos aéreos não-tripulados (UAV — Unmanned Aerial Vehicle) para monitoramento e reconhecimento, caças de 5ª geração, etc. Além disso, é necessário investimento em novas tecnologias com a capacidade de suplantar escudo A2/AD: propulsão hipersônica, radares embarcados com alcance maior, novos mísseis antinavio, NIA-E3, dentre outros (MAGNO *et al*, 2015).

Magno *et al* (2015) mencionam que os EUA já possuem razoável superioridade numérica em caças de 4ª geração e operaram, quase com exclusividade, os caças de 5ª

geração, porém suas aeronaves possuem alcance reduzido. O F-35 (projeto de caça de 5ª geração) apresenta um bom alcance (1.000 km), mas ainda não representa ameaça à RPC a partir de um ponto fora do alcance dos mísseis chineses de médio alcance. Apesar do B-52H Stratofortress e o B-2 Spirit³⁵ possuírem tecnologia stealth e alcance suficiente para o emprego em missões de combate de longo alcance, seu emprego não é mais efetivo contra o moderno escudo de A2/AD (MAGNO *et al*, 2015). Segundo Magno *et al* (2015), em 2012, EUA já estavam desenvolvendo as tecnologias necessárias a um ASB eficiente, porém não representavam um aspecto essencial no cenário de Guerra Irregular Complexa³⁶ em que se encontravam. A percepção de mudança no perfil das forças estadunidenses em prol da estratégia do ASB é nítida e real, mesmo que esteja ocorrendo em um ritmo menor do que os idealizadores e defensores do ASB desejavam (MAGNO *et al*, 2015).

6.3 Considerações sobre o Contra-A2/AD – Air-Sea Battle (ASB)

A fim de proteger os interesses estadunidenses, sobretudo as LCM e sua liberdade de navegação, os EUA atuam na securitização da região do MSC através da contraposição ao A2/AD chinês com o emprego do ASB, que tem como centro de seu conceito o emprego conjunto e coordenado de forças nos diversos domínios do combate (aéreo, marítimo, terrestre, espacial e ciberespaço), realizando ataques em profundidade para interromper e/ou destruir as capacidades A2/AD adversárias, buscando obter o máximo de vantagem operacional em uma área contestada. Como já foi explanado neste capítulo, podemos depreender que todo esse esforço do ASB não se sustenta por si só, carecendo de estratégias e ações complementares, como o fortalecimento de alianças na região. Essas alianças

³⁵ O B-52H Stratofortress e B-2 Spirit são aviões bombardeiros estratégicos de longo alcance.

³⁶ A Guerra Irregular Complexa refere-se à “Guerra ao Terror” contra o Talibã, no Afeganistão.

corroboram a obtenção de pontos de apoio ao ASB próximo ou até mesmo dentro de um possível teatro de operações no MSC, pois a RPC tem atuado de maneiras não convencionais para ocupar territórios e pontos de relevância para sua estratégia, como a construção de ilhas artificiais na região.

A abordagem do contexto histórico estadunidense e seu comportamento estratégico no MSC encerra nosso estudo. Passaremos na seção de texto seguinte a apresentar as considerações finais do nosso estudo.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nosso trabalho abordou as disputas marítimas entre a RPC e os EUA na região do MSC nos últimos dez anos, sendo o âmago do nosso objeto a estratégia de A2/AD da RPC e a estratégia de contra A2/AD dos EUA. Para atingir nosso propósito, foi realizado um estudo sintético, com pesquisa e análise de diversas referências bibliográficas, que buscasse apresentar de forma resumida, porém holística, a contraposição de duas estratégias marítimas contemporâneas empregadas.

Primeiramente, apresentamos a região estudada, o MSC, abordando seus aspectos relevantes em termos de posicionamento geográfico e a importância estratégica derivada deles, o contexto geopolítico em que está inserido e sua importância econômica para os Estados de seu entorno e outras potências mundiais.

Em seguida, buscamos pressupostos da teoria naval clássica que nos ajudassem a compreender nosso tema. Nesse contexto, Sir. Julian S. Corbett (1854-1922) foi nosso mentor. Sua visão sobre o conceito do controle do mar é a base das posturas chinesas e estadunidenses no MSC, pois, como Corbett (1911) enfatiza, não há propriedade sobre o mar, o que torna esse ambiente palco de constantes disputas intrinsecamente condicionadas aos objetivos dos Estados, sejam eles atrelados a fins militares, comerciais ou até mesmo políticos. O verdadeiro controle do mar somente pode ser obtido por meio do controle das LCM, próprias ou do inimigo, fazendo com que a dimensão marítima e o controle do seu uso, ganhe magnitude no desenvolvimento de estratégias políticas no âmbito das relações internacionais.

Após isso, discorreremos sobre o conceito de A2/AD, trazendo da antiguidade clássica os prováveis primórdios do emprego dessa estratégia que ainda se mostra bastante atual, apresentando também suas características essenciais.

Em continuação ao nosso trabalho, lançamos mão do conceito de securitização Buzan, Wæver e Wilde (1998), que consiste em levar para fora da esfera da normalidade uma ameaça ou percepção de ameaça, construída socialmente através de *lobby* com participação de um ou vários atores em uma sociedade. Tal conceito esclarece a postura da RPC contra os EUA e, por sua vez, a postura de contra-A2/AD estadunidense em oposição ao A2/AD chinês, ambos entendendo que o rival é uma ameaça a seus interesses que necessita ser securitizada.

Ao entrarmos no centro do objeto do nosso estudo, descrevemos como ocorreu a evolução econômica e militar chinesa nos últimos dez anos, mostrando o “sonho chinês” e o BRI, e finalizando apresentando a estratégia A2/AD chinesa no MSC e suas características.

Ainda no que tange à parte principal do nosso estudo, abordamos o contexto político estadunidense a partir de 2012 e suas implicações no comportamento estratégico-militar dos EUA no MSC.

Considerando a importância do MSC apresentada na introdução deste trabalho e o que foi apresentado sobre as estratégias estadunidense e chinesa naquela região, percebemos que os EUA e RPC possuem forte interesse na região em questão, sobretudo na manutenção de suas LCM e liberdade de navegação, levando-os a securitizar o MSC e seu entorno. A ameaça que uma potência representa aos interesses da outra e vice-versa, acarreta a dedicação de ambas a uma disputa estratégica-militar naquela área. Essa disputa tem se caracterizado pelo emprego de estratégias A2/AD (utilizada pela RPC) e Air-Sea Battle (utilizada pelos EUA) a fim de incrementar a influência das potências em questão na região contestada, ou seja, proteger seus interesses nacionais no MSC por meio da utilização de todos os domínios do combate. Tais contraposições não se restringem à vertente militar dos poderes nacionais dos Estados, mas também na presença física nos territórios que suportam as ações militares, o que pode ser conseguido através da diplomacia.

Apesar de a estratégia chinesa ser mormente defensiva e a estadunidense ser principalmente ofensiva, elas guardam semelhanças entre si. Nenhuma das duas potências emprega as forças de forma singular, ambas operam com suas forças de forma conjunta e sinérgica em todos os domínios da guerra. Outra característica similar entre as estratégias é o emprego da mais alta tecnologia, buscando o aperfeiçoamento contínuo de seus sistemas de detecção, sistemas de comando e controle e sistemas de armas.

Essa abordagem ajudou-nos a responder à questão central do nosso trabalho: como a RPC e os EUA contrapõem estratégias de Antiacesso e Negação de Área (A2/AD) e contra A2/AD no MSC?

Podemos, então, afirmar que o propósito desta dissertação foi atingido. Assim, nosso trabalho tem o potencial de auxiliar uma melhor interpretação das disputas e confrontação estratégica entre a RPC e os EUA no MSC. Essas duas potências são altamente relevantes no contexto internacional na atualidade, demandando acompanhamento e estudos constantes sobre seus comportamentos políticos, estratégicos e militares.

REFERÊNCIAS

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. Geopolítica e política exterior: Estados Unidos, Brasil e América do Sul. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2009. Pág. 50.

BIDDLE, Stephen; OELRICH, Ivan. Future Warfare in the Western Pacific: Chinese Antiaccess/Area Denial, U.S. Air-Sea Battle, and Command of the Commons in East Asia. *International Security* 2016; 41 (1): 7–48. Disponível em: <https://doi.org/10.1162/ISEC_a_00249>. Acessado em: 27 jul 2022.

BO, Zhou. China-US Focus. The String of Pearls and the Maritime Silk Road. Zhou Bo, 2014. Disponível em: <<https://www.chinausfocus.com/foreign-policy/the-string-of-pearls-and-the-maritime-silk-road/>>. Acessado em: 10 jul 2022.

BRAZ BARACUHY (Brasil). Fundação Alexandre de Gusmão (org.). Os Fundamentos da Geopolítica Clássica: Mahan, Mackinder, Spykman. Brasília-Df: Fundação Alexandre de Gusmão, 2021. 580 p., pág. 33 – 35.

BUZAN, Barry; WÆVER, Ole Preface; WILDE, Jaap de. Security: a new framework for analysis. Colorado: Lynne Rienner Publishers, Inc., 1998. 239 p., pág. 23 a 26.

CORBETT, Julian S. Principles of Maritime Strategy. New York: Dover Publications, 2004. 227 p., pág. 64.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Department of Defense. Annual Report to Congress. Military and Security Developments Involving the People’s Republic of China. 2017. Disponível em: <https://www.defense.gov/Portals/1/Documents/pubs/2017_China_Military_Power_Report.PDF?ver=2017-06-06-141328-770>. Acessado em: 26 jul 2022.

_____. Department of Defense. Joint Operational Access Concept. 2012. Disponível em: <http://www.defense.gov/pubs/pdfs/JOAC_Jan%202012_Signed.pdf>. Acessado em: 23 jul 2022.

_____. Department of Defense. Air-Sea Battle Office. Air-Sea Battle: Service Collaboration to Address Anti-Access & Area Denial Challenges. 2013. Disponível em <<http://www.defense.gov/pubs/ASB-ConceptImplementation-Summary-May-2013.pdf>>. Acessado em: 27 jul 2022.

_____. U.S. Naval Service. Advantage at Sea: Prevailing with Integrated All-Domain Naval Power. 2020. Disponível em: <<https://media.defense.gov/2020/Dec/16/2002553074/-1/-1/0/TRISERVICESTRATEGY.PDF>>. Acessado em: 03 ago 2022.

_____. White House. Indo-Pacific Strategy of The United States. 2022. Disponível em: <<https://www.whitehouse.gov/wp-content/uploads/2022/02/U.S.-Indo-Pacific-Strategy.pdf>>. Acessado em: 30 jul 2022.

GEOPOLITICAL FUTURES (Texas-Eua). Top Container Ship Trade Routes. 2016. Disponível em: <<https://geopoliticalfutures.com/top-container-ship-trade-routes>>. Acesso em: 24 jun 2022.

HIGA, Carlos César. Doutrina Monroe. [20 - -]. Disponível em: <<https://m.historiadomundo.com.br/idade-contemporanea/a-doutrina-monroe.htm>>. Acessado em: 23 jul 2022.

HUANG, Jing; BILLO, Andrew (ed.). Territorial Disputes in the South China Sea: navigating rough waters. Nova Iorque, NY: Palgrave Macmillan, 2015. 212 p., pág 7 – 23.

JUNQUEIRA, Emerson. Observatório de Regionalismo (ODR). A Iniciativa Cinturão e Rota da Seda no contexto da política regional chinesa. 2020. Disponível em: <<http://observatorio.repri.org/2020/06/16/a-iniciativa-cinturao-e-rota-da-seda-no-contexto-da-politica-regional-chinesa/>>. Acessado em: 10 jul 2022.

KHURANA, Gurpreet Singh. Center For International Maritime Security (CIMSEC). ‘Sea-based’ PLA Navy may not need ‘String of Pearls’. 2015. Disponível em: <<https://cimsec.org/sea-based-pla-navy-may-not-need-string-pearls/>>. Acessado em: 10 jul 2022.

MAGNO, Bruno et al. A Resposta Estadunidense Ao A2/Ad Chinês: O debate entre Air-Sea Battle e Offshore Control. 2015. Disponível em: <http://www.academia.edu/15109658/A_RESPOSTA_ESTADUNIDENSE_AO_A2_AD_CHINÊS_O_DEBATE_ENTRE_AIR-SEA_BATTLE_E_OFFSHORE_CONTROL> Acessado em: 28 jul 2022.

MAHAN, Alfred Thayer. The Influence of Seapower on History: 1660–1783. Boston: Little, Brown & Co., 1890.

MARTIN, Xiaoxue Jiang. China’s A2/Ad Capabilities And American Security Interests In The Asia-Pacific. Mapping China Journal. 2019. Disponível em: <https://mappingchina.org/wp-content/uploads/2019/11/MCJ-2019_6_Xiaoxue-Jiang-Martin.pdf>. Acessado em: 30 jul 2022.

MORRIS, Terry S. et al. THE NATIONAL INTEREST. Securing Operational Access: Evolving the Air-Sea Battle Concept, 2015. Disponível em: <<https://nationalinterest.org/feature/securing-operational-access-evolving-the-air-sea-battle-12219>>. Acessado em: 30 jul 2022.

O’ ROURKE, Ronald. China Naval Modernization: Implications for U.S. Navy Capabilities - Background and Issues For Congress. Congressional Research Service, 2013.

PADULA, R.; Fernandes, F. G. C. O Mar do Sul da China: seu valor estratégico e a geoestratégia chinesa. Sociedade e Cultura, Goiânia, v. 23, 2020. DOI: 10.5216/sec.v23i.59790. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fcs/article/view/59790>. Acessado em: 29 mai 2022.

PEOPLE'S DAILY ONLINE. Should China continue to keep a low-profile attitude?. 2012. Disponível em: <<http://en.people.cn/90883/8057776.html>>. Acessado em: 10 jul 2022.

POSEN, Barry R. Command of the Commons: The Military Foundation of U.S. Hegemony. International Security, 2003. P. 5-46. Disponível em:

<<https://doi.org/10.1162/016228803322427965>>. Acessado em: 27 jul 2022.

RAPP-HOOPER, Mira; CRONIN, Patrick M.; KREJSA, Harry; SUH, Hannah. Counterbalance: Red Teaming The Rebalance In The Asia-Pacific. Red Teaming the Rebalance in the Asia-Pacific. 2016. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/resrep06396.1#metadata_info_tab_contents>. Acessado em: 30 jul 2022.

REPÚBLICA POPULAR DA CHINA. State Council Information Office of the People's Republic of China. China's Military Strategy. 2015. Disponível em: <http://eng.mod.gov.cn/publications/2021-06/23/content_4887928.htm>. Acessado em: 20 jul 2022.

TANGREDI, Sam J. Anti-access warfare: countering A2/AD strategies. Annapolis, Md.: Naval Institute Press, 2013. 300p., pág. 7 - 22.

THE AMERICAN YAWP READER. John O'Sullivan Declares America's Manifest Destiny, 1845. John O'Sullivan, "Annexation," The United States Magazine and Democratic Review. Nova Iorque, 1845. Volume 17 pág. 5-6 e 9-1. Disponível em: <<https://www.americanyawp.com/reader/manifest-destiny/john-osullivan-declares-americas-manifest-destiny-1845/>>. Acessado em: 23 jul 2022.

THE ASEAN POST. Is joint exploration the answer to the South China Sea dispute?. 2018. Disponível em: < <https://theaseanpost.com/article/joint-exploration-answer-south-china-sea-dispute>>. Acessado em: 24 jun 2022.

TOSTA, Octavio. Teorias Geopolíticas. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1984. 103 p., pág. 72 – 80.

WEDIN, Lars. Estratégias marítimas no século XXI: a contribuição do Almirante Castex. Tradução de Reginaldo Gomes Garcia dos Reis et al. Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, 2015. 236 p.